



público não age como “dono”, que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo. Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa. Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. (grifo nosso)”.

Logo temos que uma vez que não há na legislação que autorize, de forma prévia e expressa a utilização de robôs em licitações, não cabe a autoridade coatora autorizar tal prática tendo em vista que tal autorização afronta de forma clara o princípio da legalidade que deve reger seus atos.

Ainda para Hely Lopes Meirelles:

“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

Portanto enquanto o Poder Legislativo não criar dispositivo adequado no qual admita de forma clara, prévia e expressa o uso de robôs, tal utilização deve ser declarada com fraude a licitações por via expressa, declaração essa que deveria de pronto ter sido feita pelas autoridades coadoras.

Chega a ser uma aberração jurídica os pareceres expedidos pelos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado que não referendaram a liminar de suspensão, que de forma pessoal e sem qualquer fundamentação jurídica plausível, atropelaram de forma grotesca e sem técnica todos os princípios da administração pública autorizando sem nenhuma legislação pertinente o uso de softwares de robôs no referido pregão. Atitude essa que nos faz remeter à época do Brasil Império onde os administradores Públicos se achavam no direito de utilizar-se da máquina administrativa da forma que bem entendessem, baseados única e exclusivamente no argumento do “porquê sim”, atitudes essas que não podem mais serem aceitas pelo ordenamento jurídico, devendo as mesmas serem de pronto rechaçadas pelo judiciários, atitude que postulamos desde já ao Nobre Julgador

A Legalidade é intrínseca a ideia de Estado de Direito, pensamento este que faz que ele próprio se submeta ao direito, fruto de sua criação, portanto esse é o motivo desse princípio ser tão importante, um dos pilares do ordenamento. É na legalidade que cada indivíduo encontra o